



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E EDUCAÇÃO ESCOLAR

ÁRTEMIS RAMOS RODRIGUES SILVA

**A HISTÓRIA DA RELAÇÃO PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO
SÓCIOHISTÓRICA**

CAMPINA GRANDE-PB
2018

ÁRTEMIS RAMOS RODRIGUES SILVA

**A HISTÓRIA DA RELAÇÃO PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO
SÓCIOHISTÓRICA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para conclusão do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar da Universidade Estadual da Paraíba.

Orientadora: Prof. Dra Nelsânia Batista da Silva

CAMPINA GRANDE-PB

2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586h Silva, Artemis Rodrigues.
A história da relação Psicologia e Educação: [manuscrito] :
uma contribuição sóciohistórica / Artemis Rodrigues Silva. -
2018.
34 p.
Digitado.
Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano
e Educação Escolar) - Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Educação, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Nelsânia Batista da Silva,
Departamento de Educação - CEDUC."
1. Educação básica. 2. Psicologia educacional. 3.
Educação básica. 4. Contribuição sóciohistórica. I. Título
21. ed. CDD 306.43

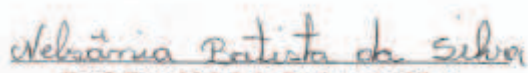
ARTEMIS RAMOS RODRIGUES SILVA

**A HISTÓRIA DA RELAÇÃO PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO
SÓCIOHISTÓRICA**

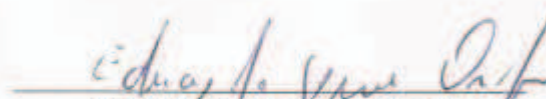
Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para conclusão do Curso de
Especialização em Desenvolvimento Humano e
Educação Escolar da Universidade Estadual da
Paraíba.

Data da avaliação: 04/05/2018

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Nelsânia Batista da Silva
UEPB


Prof. Dra. Maria da Guia Rodrigues Rasia
UEPB


Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre
UEPB

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	05
2. NOTAS SOBRE A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA.....	07
3. PERCURSO HISTÓRICO DA RELAÇÃO PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO.....	10
4. A PSICOLOGIA EDUCACIONAL NO BRASIL.....	12
5. A PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO.....	17
6. ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO.....	23
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
8. REFERÊNCIAS.....	31

A história da relação Psicologia e Educação: uma contribuição sóciohistórica

Ártemis Ramos Rodrigues Silva¹

Nelsânia Batista da Silva²

RESUMO: O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico que faz um apanhado histórico acerca da relação Psicologia e Educação, com o objetivo de compreender qual o envolvimento de constituição da Psicologia no contexto da educação, bem como a contribuição da teoria sócio histórica para tal ciência. Verificou-se, portanto, que a psicologia entrou no Brasil por meio da educação, mostrando-se ao longo do seu desenvolvimento características seletiva, elitizada, com tendência tecnicista. Logo, as críticas formuladas sobre essa forma de agir começaram a proporcionar uma nova percepção, e dessa maneira a teoria sócio histórica encontrou espaço fazendo menção de que o sujeito é um ser histórico e socialmente constituído, passando a enfatizar a importância da cultura na formação da consciência humana, contribuindo, portanto, para as subjetividades dos envolvidos nos processos educacionais.

Palavras-chave: história; psicologia; educação; sociedade.

THE HISTORY OF THE RELATIONSHIPS PSYCHOLOGY AND EDUCATION: A SOCIO-HISTORICAL CONTRIBUTION

ABSTRACT: The present study is a qualitative bibliographical research that makes a historical survey about the relation Psychology and Education, with the objective of understanding the involvement of the constitution of Psychology in the context of education, as well as the contribution of socio-historical theory for such science. It was verified, therefore, that the psychology entered Brazil through the education, being shown throughout its development selective characteristics, elitized, with tecnicista tendency. Therefore, the criticisms formulated about this form of action began to provide a new perception, and in this way the socio-historical theory found space by mentioning that the subject is a historical and socially constituted being, and emphasizes the importance of culture in the formation of human consciousness, thus contributing to the subjectivities of those involved in educational processes.

Keywords: history; psychology; education; society.

¹ Discente do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

² Docente da Universidade Estadual da Paraíba. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba.

1. Introdução

A busca do homem em compreender o mundo a sua volta o impeliu a construir diversos tipos de saberes, como a arte, a religião, a ciência e o próprio conhecimento observável. Eles são repassados através da transgeracionalidade adquirido, percebido e acumulado no cotidiano. Esses conhecimentos contribuem para que o homem desenvolva suas ideias e seu próprio mundo.

Em contrapartida, existe um tipo de conhecimento que é construído com base na verificação de ideias. Tal conhecimento é denominado de científico. A ciência utiliza-se de informações do cotidiano, exercendo uma atividade reflexiva sobre elas para poder compreendê-lo, tomando-o como objeto de investigação.

Alguns critérios devem ser observados para que um conjunto de conhecimentos seja considerado como científicos. De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (2008, p.20) é necessário que tal conhecimento apresente “objeto específico, linguagem rigorosa, métodos e técnicas específicas, processo cumulativo do conhecimento e objetividade”.

Devido a esses critérios, a Psicologia por muito tempo não foi reconhecida como ciência. A ausência de algo concreto e de paradigmas “confiáveis” não favorecia a definição de um objeto específico de estudo.

A Psicologia definiu o seu objeto de estudo através da teoria do comportamentalismo, utilizando o comportamento como algo que poderia ser observado e descrito, e dessa maneira forneceu o caráter científico a esse campo de conhecimento. É com esse advento que se começa desenvolver técnicas e intervenções psicológicas voltadas ao sujeito (SCHULTZ; SCHULTZ, 2000).

No Brasil, a história da Psicologia (sua afirmação enquanto ciência e exercício profissional) encontra-se em estreita ligação com a Educação, de modo que ambas “são mutuamente constituintes uma da outra” (ANTUNES, 2008, p. 471). De fato, a ligação entre Psicologia e Educação é tamanha que essa união acontece de modo complementar, afirma o autor citado, ambas estão entrelaçadas, pois muitos campos de trabalho e clínicas em psicologia tiveram suas origens através das demandas educacionais.

Ocorre que, durante essa união, críticas surgiram se referindo ao ponto de vista teórico da Psicologia, a postura alienada, a não referência à posição social, histórica, cultural e política de quem estava dependente da educação, pois, o entendimento do processo educativo era tido como algo mecânico, as técnicas psicológicas de forma discriminatória ou clínico-terapêutico e a responsabilização do fracasso escolar recaia sobre o próprio sujeito.

Nas interrelações entre Psicologia e Educação, Antunes (2008) diferencia Psicologia Educacional da Psicologia Escolar afirmando que, apesar de ambas estarem intimamente próximas, a primeira é uma subárea da Psicologia que contribui com a produção de saberes no que diz respeito ao processo educativo e nas relações estabelecidas no contexto escolar, enquanto que a segunda está muito mais relacionada à atuação do psicólogo na escola.

Levando em consideração que a relação entre a Psicologia e a Educação não são novas, observa-se a necessidade de estudar o percurso histórico da primeira e as contribuições que ela trouxe à Educação. Dessa maneira, esta pesquisa, atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade (MINAYO, 2010), utilizará como método, ou seja, caminho que torna possível conhecer uma determinada realidade (GAIO, CARVALHO E SIMÕES, 2008), um levantamento bibliográfico – dado ser isto procedimento primordial para qualquer estudo.

Conforme Severino (2007), no estudo bibliográfico busca-se informações a partir do registro disponível decorrente de pesquisas anteriores, utilizando-se de dados já trabalhados por outros pesquisadores. Dessa maneira, a pesquisa bibliográfica enriquece o pesquisador com mais informações, simultaneamente enriquecendo a sociedade, por fazer um levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas, ampliando-se, com isso, o conhecimento sobre qualquer que seja o assunto.

Fica evidente que este trabalho tem caráter qualitativo, pois “envolve uma interpretação complexa dos fenômenos humanos e sociais, transcendendo a manipulação de variáveis ou tratamento experimental” (GAIO, CARVALHO, SIMÕES, 2008, p. 151), não nos interessando dados quantitativos, vez que trabalhamos com o universo não quantificável (ou dificilmente quantificável) da motivação, das crenças, dos valores e atitudes (MINAYO, 2009).

Com o objetivo de compreender a relação da psicologia com a educação e a contribuição sócio histórica, o presente estudo percorreu alguns caminhos na tentativa de responder uma específica pergunta: Qual o envolvimento de constituição histórica da Psicologia no contexto da Educação? Responder a esta questão é matéria relevante do ponto de vista pessoal, posto que isso permite mais claramente compreender os processos educacionais, ao mesmo tempo contribuindo teórica e praticamente para um melhor exercício profissional por parte tanto do Psicólogo Educacional, quanto do Educador, sendo fato socialmente pertinente entender como se deu e se dá essa relação entre a Psicologia, a Educação e a sociedade.

2. Notas sobre a história da psicologia

Iniciaremos uma curta viagem pelos caminhos que a Psicologia percorreu para chegar à condição de ciência, pois para entendermos o presente é necessário ir à busca da constituição histórica fazendo-se necessárias essas notas sobre a história da Psicologia.

Isso posto, temos que a Psicologia acompanhou os pensamentos reflexivos da filosofia antes de vir a ser considerada ciência. Estando no Início do século XIX, muito próxima do saber filosófico, quando o homem passa a tentar compreender a si mesmo e o mundo que o cerca, tem ações racionais sobre sua existência, insiste em não mais aceitar a obviedade das coisas. Como nos diz Cambaúva, Silva e Ferreira (1998, p.220) “o desenvolvimento do pensamento humano passa por outro estágio, que é a atitude de filosofar, que é responder aos problemas com os quais o homem se defronta na sua existência”. A partir dessa investigação, as ideias psicológicas são criadas, pois como visto, começa-se a estabelecer uma relação de objetividade e subjetividade do ser e do mundo.

Alguns filósofos através de seus pensamentos contribuíram para o que mais tarde seria chamada de Psicologia. De acordo com Myers (2006), Sócrates, Platão, Aristóteles foram nomes importantes do saber filosófico, bem como Descartes, John Locke, pois que, em épocas distintas refletiram sobre a relação mente e corpo e buscaram compreender se as ideias humanas são inatas ou resultam de experiências.

O ato de refletir sobre a natureza humana provocou a necessidade de sair do campo das ideias e intervir diretamente no ser humano. No primeiro momento a psicologia estava ligada ao saber filosófico, e em um segundo momento passa a procurar a cientificidade das ideias, e entendendo dessa forma, a psicologia no curso de sua história é:

Uma criação humana e bem concreta: inicialmente, enquanto ideias psicológicas imersas na filosofia; depois, enquanto disciplina científica, tendo, nos dois momentos, o objetivo de compreender as ações, as atitudes, os comportamentos e tantos outros estados subjetivos humanos que se revelam dinamicamente na relação dos homens entre si no mundo em que vivem (CAMBAÚVA; SILVA; FERREIRA, 1998, p. 209).

Esse movimento de se afastar do campo da filosofia proporcionou estudar as funções da mente, o comportamento e emoções. Durante esta travessia, a Psicofísica entra em cena com as contribuições de Weber (1795-1878) (GOODWIN, 2005), contudo aquele que compete destaque nesse momento é Wilhelm Wundt (1832-1920), considerado o pai da Psicologia, movido pelo objetivo de observar o homem, propondo-se a intervir no

comportamento das pessoas. Foi ele quem inaugurou o primeiro laboratório de pesquisa desenvolvido para realizar experimentos, que conforme Araújo (2010) e Goodwin (2005) esse laboratório de Psicologia foi criado no ano de 1879 na Universidade de Leipzig, na Alemanha.

A psicologia era entendida para Wundt como a “ciência empírica cujo objeto de estudo é a experiência imediata” (ARAÚJO, 2010, p.94). Dessa forma, a nova psicologia estava baseada nas respostas encontradas com o estudo do limiar de dois pontos, direcionada a experiência consciente imediata, buscando respostas sobre a auto-observação e percepção interna, o que posteriormente seria chamado de introspecção.

Goodwin (2005) nos informa que essa psicologia tinha dois programas principais: “o exame da experiência consciente imediata, por meio de métodos experimentais de laboratório, e o estudo de processos mentais superiores, por meio de métodos não laboratoriais” (p.121). O experimento acontecia de duas maneiras, com interferência sobre o objeto analisado e através da observação, que estava em realmente analisar os fenômenos sem que houvesse interferência exterior.

De acordo com Araújo (2010) Wundt compreendia alma e mente como fatores unidos e organizados, e acreditava que a vida psíquica se desenvolvia de forma gradual fazendo o percurso do simples ao complexo, onde os elementos psíquicos estavam sempre ligados a outros conteúdos: objetivos e subjetivos. Bock, Furtado e Teixeira (2008) nos dizem que ao criar o mais novo campo de estudos sobre o ser humano, Wundt define o objeto de estudo, o comportamento, a vida psíquica e a consciência e, assim, finda por construir um objeto específico àquele campo dos saberes, com isso preenchendo os critérios exigidos para que um saber seja considerado ciência, pois havia a necessidade de mensuração dos resultados obtidos.

Segundo Goodwin (2005) ele também contribuiu para os estudos da aprendizagem, raciocínio, linguagens, efeitos da cultura, mas não teve tanto investimento nessa área por acreditar que poderia analisar por técnicas de observação indutivas. Outras teorias e escolas de pensamento como o Estruturalismo, com a contribuição de Titchener que buscava engajar pessoas no método da introspecção (Myers, 2006). Como o Funcionalismo que surgiu na transição do século XIX para XX, através de William James, com as principais ideias sobre “hábito, atenção, fluxo de pensamento, e self” (FERREIRA; GUTMAN, 2010, p.125).

A Psicanálise e a Gestalt também contribuiu para o saber psicológico, contudo, a escola Behaviorista com Watson, criador do comportamentalismo, foi quem deu o status de ciência a psicologia. Segundo Myers (2006) seus estudos aconteceram entre os anos 1920 e

1960. O autor ressalta que, começaram a observar e registrar o comportamento das pessoas para poder analisar a reação a diferentes situações e assim compreender a sensação, sentimento, pensamento. De acordo com Cunha (2008, p.40), o comportamentalismo “fornece uma perspectiva de entendimento do ser humano que viabiliza modificar o comportamento numa direção previsível, viabilizando o controle das ações da pessoa e a obtenção segura de resultados”.

Watson utilizava o animal como canal de entendimento do comportamento humano, que conforme Cançado, Soares e Cirino (2010, p. 181) “o trabalho com os animais visa responder a perguntas (hipóteses) que poderiam ser generalizadas ao comportamento humano”. Sempre com o olhar no comportamento, ele também influenciou os estudos relacionados à criança, os sentimentos e o ambiente que vivia. Desse modo, a Psicologia “desenvolve uma forma de pensamento específico acerca do seu comportamento, desenvolve métodos para análise e compreensão do caráter individual do seu ser, bem como de sua subjetividade” (CAMBAÚVA; SILVA; FERREIRA, 1998, p.223).

Os estudos da Psicologia comportamental revolucionaram a ciência e trouxeram aplicações práticas para diversos campos do saber. Com essa luta em conseguir replicar, mensurar, objetivar a subjetividade humana, a Psicologia, de acordo com Cambaúva, Silva e Ferreira (1998, p 222), “ela se torna científica ao final do século XIX” e conforme, Myers (2006) se desenvolve como ciência a partir do século XX.

A constituição da Psicologia como ciência é um avanço significativo, mas cabe destacar que durante a concepção histórica da transformação de um conhecimento em científico, o momento de vida social e cultural não foi considerado. Houve tentativa, no entanto, como a objetividade das coisas é um critério para um campo de conhecimentos se tornar ciência, estudiosos abriram mão do contexto social e cultural. Pensava-se apenas no campo das ideias:

Dizemos que tal concepção é uma história desligada do homem que a produz, porque trata somente das ideias em si, mantendo-as afastadas das circunstâncias de ordem social que as produziram. Assim, o que observamos é um levantamento de fatos mais imediatos que antecederam essa ou aquela abordagem, esse ou aquele sistema de ideias. (CAMBAÚVA; SILVA; FERREIRA, 1998, p.215).

A Psicologia esqueceu-se de desenvolver um olhar minucioso sobre a história, o social e cultural do sujeito. Mas não entraremos nessa discussão neste momento. Seguiremos o curso do caminho para entendermos como aconteceu a união da Psicologia com a Educação.

3. Percurso histórico da relação psicologia e educação

Como visto acima a psicologia percorreu um grande caminho até conseguir se configurar como ciência, tendo ideia a respeito disso se pode iniciar uma discussão sobre como a psicologia aproximou da educação e apropriou-se desse conhecimento. Necessário observar que a relação da Psicologia com a Educação foi mediada pela Filosofia, que tanto influenciou a Educação, quanto a própria Psicologia.

A relação da Psicologia e Educação faz parte da própria história do homem, Aristóteles, por exemplo, com seus estudos inspirou outros filósofos a se aprofundarem nos mais variados conhecimentos e construir novos objetos de estudos, pois Segundo Mestres, Goñi, Gallart (1999) afirmam que ele estudou a aprendizagem, memória, as leis de associação, a influência da experiência no ato de conhecer e identificou as funções cognitivas. Segundo Coll (1996) e os autores acima acrescentam que aquele que mais contribuiu para a teoria educativa no século XIX foi Johann Friedrich Herbart, reconhecendo a educação como prática da filosofia, fazendo da filosofia moral a responsável pelos objetivos da educação e ensino, proporcionando a psicologia direcionar o caminho para se chegar a esses objetivos. Antunes (2003) também o cita como um dos filósofos que estabeleceram relação entre Educação e ideias psicológicas.

Vários outros teóricos, oriundos de diversos campos, contribuíram com estudos voltados à Educação, que de acordo com Goulart (1995) e Antunes (2003) alguns deles são: Aristóteles, Rousseau, Pestalozzi, Basedow, Spencer, Binet, Clapared, Thorndike, William James, Piaget, Wallon, Gesell, entre outros. Mestres, Goñi, Gallart (1999), concordam que W. James deu sua contribuição à educação afirmando que ele trabalhou as bases da psicologia funcional dedicado à aplicação da psicologia a educação, e os mesmos autores acrescentam outros teóricos como J. M Cattell, que contribuiu com a proposta de ensinar a ler a partir de palavras simples e não por letras sequenciadas e o G. Stanley Hall, que pesquisou sobre a psicologia da criança, desenvolvendo um questionário para analisar o pensamento infantil.

Quando a Psicologia se distanciou da Filosofia, tornando-se ciência autônoma, coube-lhe a função de melhor conhecer os problemas da educação da criança e modificar a maneira como era produzido o ensino. De acordo com Goulart (1995) no início do século XX Thorndik baseava sua atenção à educação no comportamento a partir das ideias de Watson, que conforme Cunha (2008) este último entendia o indivíduo como moldável a influências externas, e considerava a possibilidade de transformação através da educação ou reeducação.

Outro comportamentalista que contribuiu significativamente com a educação e a maneira como esta era repassada aos alunos, foi Skinner, que ainda segundo Cunha (2008), esteve dedicado à educação escolar entendendo que a aprendizagem acontece com o estímulo reforçador, tendo a ideia de sistematizar o conteúdo e dividir por unidades simples as matérias escolares, pensando em perguntas com respostas de assinalar. Resultando posteriormente o que seria chamado de provas objetivas.

Há vários paradigmas dentro da Psicologia que foram utilizados no campo da Educação, não só o comportamentalismo, mas também a própria Psicanálise de Freud e a Psicologia Génética de Piaget, entre outros, que não serão descritos nesta pesquisa, porém fizeram contribuições importantes – deverão ser repensadas em outro estudo.

Por volta do início do século XX, surge uma Psicologia da Educação “amparada pelas primeiras tentativas da Psicologia científica e, em boa parte, como um resultado das expectativas que foram depositadas a partir do mundo da educação” (MESTRES; GOÑI; GALLART, 1999, p.22). Os estudos concentravam-se na relação da vida mental e educação, existindo três áreas que se destacam: elaboração de testes e a medida das diferenças individuais, processo de aprendizagem e a psicologia do desenvolvimento infantil (COLL, 1996).

Nos anos 1950, novas disciplinas de cunho educativo surgiram, havendo uma mudança revolucionária nos métodos até então utilizados pela Educação, que se torna um canal de progresso social e mudança. Consciente disso, a Psicologia Educacional ganha destaque, ao tempo em que “cresceu notavelmente a participação dos psicólogos educacionais em projetos de pesquisa educativa, nos processos de formação dos futuros professores e nos seus serviços de psicologia escolar e de orientação escolar” (MESTRES; GOÑI; GALLART, 1999, p.31).

Quanto a esse movimento de disseminação, Coll (1996) nos informa que a Educação tenta abarcar todos os problemas de cunho educativo e com isso a sua abrangência de estudo rompe as barreiras conceitual da própria Educação, acarretando numa difícil delimitação de objeto de estudo, perdendo sua identidade e dessa maneira passou-se a duvidar das teorias da aprendizagem.

A partir dessa instabilidade, verificou-se que a educação nos anos 1960 e 1970 sofreu, sobretudo, influência da Psicologia cognitiva, que entendia a aprendizagem como um processo de aquisição, reestruturação e transformação de estruturas cognitivas. Onde os teóricos Jean Piaget e Vigotsky, que segundo Mestres, Goñi, Gallart (1999) contribuíram para ampliar o conhecimento escolar e evitar que a educação se reduzisse a psicologia do ensino.

Nesse processo de crescente ampliação dos horizontes do ensino-aprendizagem, a Educação passa a incluir em suas atividades a administração do ensino, o planejamento de currículos, a preocupação com as relações entre professores e alunos, tornando mais eficazes o ensino e a aprendizagem e olhando mais atentamente para os personagens envolvidos e para os cenários em que se dá a educação de uma pessoa. Desse modo, o foco da Psicologia da Educação tornou-se “a investigação de problemas relacionados às pessoas sob ação educativa” (GOULART, 1995 p.14), como dificuldades de aprendizagem, motivação, formas mais eficazes de ensinar etc.

4. A psicologia educacional no Brasil

Exposto sumariamente o percurso realizado pela Psicologia Educacional no âmbito mundial, cabe acrescentar algumas linhas na busca de compreensão sobre o como se deu o surgimento da Psicologia Educacional no Brasil. No tocante a isso, de acordo com Silva (2017), no Brasil colonial a Educação era transmitida pelos jesuítas com o objetivo de propagar a língua portuguesa e a religião católica entre os nativos, isso havendo acontecido sob forma coercitiva, mediante a qual deu-se a disseminação de valores e culturas europeias, o que se configurou como uma verdadeira aculturação. Brasil Colônia o controle foi uma maneira encontrada para que os índios colaborassem com a exploração do país.

No século XIX a Psicologia foi trazida ao Brasil por estudantes brasileiros que moravam fora do país. Esse conhecimento foi utilizado em escolas e universidades e rapidamente se ampliou sem que se fizesse uma análise crítica. Como afirma Silva (2017, p. 180):

Esse conhecimento foi construindo fundamento em diversas teorias que não descrevem em profundidade o contexto sócio-histórico em que foram constituídas e foram transplantadas para a realidade brasileira tal como foram construídas. Essas teorias inicialmente eram importadas através de intercâmbios de estudantes que realizavam cursos no exterior, na Europa e nos Estados Unidos.

Não se pensou muito bem sobre os riscos que essa difusão poderia acarretar, já que o país se encontrava num momento diferente daquilo que se vivia na Europa e nos EUA. Tanto é que, conforme Massimi (2010) em meados do séc. XIX a Psicologia se configura como ciência num momento em que o Brasil almeja tornar-se uma nação moderna. O país se encontrava a adequar-se à ascensão do capitalismo que propôs novo projeto econômico, político, social e cultural, começando a questionar valores, habilidades e potencialidades

humanas. Segundo Bock (2003) a psicologia tem sido marcada ao longo de sua história pelo compromisso com as elites para o controle, categorização e diferenciação. Isso implica dizer que a realidade social e cultural do povo brasileiro não foi observada antes de se aplicar as teorias psicológicas.

No Brasil Império, já no século XIX, as ideias psicológicas passam a ter caráter higienista, sendo produzidas e/ou aplicadas principalmente pela Medicina e na Educação. Com a chegada da Corte ao Brasil o desenvolvimento das cidades foi acelerado e novas demandas foram apresentadas à educação, dada à necessidade de propagá-la em diferentes níveis, objetivo esse dificultado pelos altos índices de morbimortalidade e miséria em uma sociedade aprisionada à ideia de ordem e higienização.

A aculturação é uma característica que fundamenta a história brasileira, pois mesmo estando o Brasil no final do século XIX, as ideias psicológicas e culturais continuaram sendo importadas, uma vez que, a classe alta da sociedade tinha o hábito de enviar os filhos para estudarem em outros países e assim poder inserir o que haveria de mais moderno na vida dos brasileiros, sem perceber a realidade histórica e social que se encontrava esse povo:

Várias epidemias, as precárias ou inexistentes condições de saneamento, as condições de habitação e, claro, a questão educacional, que começava a ser vista como causa de todos os outros problemas, exigiam ações que pudessem minimizá-los ou eliminá-los, devendo concorrer para isso o conhecimento dos fenômenos psicológicos, principalmente como instrumento de prevenção (ANTUNES, 2003, p. 150).

É perceptível que no Brasil e desde tal época, a educação não aconteceu de forma igualitária para a população, sendo excludente e seletiva. Investida de características disciplinares e moralistas, o objetivo da Educação era, sobretudo, controlar os comportamentos inadequados das crianças. Segundo Bock (2003), a moral era entendida como fator natural do homem e baseada nos valores europeus, valores estes que, totalmente diferentes da realidade brasileira, colocavam negros e pobres em uma posição de imorais, compreendidos por um discurso naturalizante que os tomava como frutos da degenerescência das raças. Ou seja, esse processo de normatização naturalizava o processo de marginalização e exclusão, especialmente classes populares, a partir de um modelo de pensamento eurocêntrico, distanciado do contexto vivido pelos brasileiros.

No período compreendido entre 1889 e 1930, a Educação Escolar será marcada pela presença, de um lado, da Psicologia e, de outro, da Biologia, haja vista que, conforme Antunes (2003) a criação das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia constituiu

em fonte de ideias psicológicas e educacionais. As quais imprimem à Educação uma concepção biologizante e medicalizadora quanto à formação dos cidadãos, baseada que era no conceito de normalidade.

De acordo com Patto (2003) considerava-se normal todo aquele que se comportasse de forma adequada aos padrões da sociedade, que colaborasse para a ordem estabelecida, ou seja, normal era quem trabalhasse e obedecesse às normas sociais. Consoante a isso Antunes (2003, p.146) afirma que “a escola e o processo educativo em geral tornaram-se alvos importantes para o projeto de saneamento físico e moral da sociedade, no bojo das ideias de higienização das cidades”. Nesse período cientistas, juristas, educadores, médicos fundamentavam suas concepções sociais em princípios ditos higienistas, ou seja, adotaram medidas para possibilitar a existência da melhor raça humana .

Conforme Antunes (2003) as escolas *normais* foram criadas e começaram a ser instaladas nos anos de 1930, sendo a primeira criada no Rio de Janeiro. Nesse período, poucas pessoas podiam ter acesso a educação, mas de acordo com Antunes (2011), viu-se a necessidade de ter mais pessoas alfabetizadas, gerando a inclusão das ideias psicológicas que aconteciam no exterior por brasileiros que estudavam nas universidades estrangeiras e abordaram preocupações a respeito da aprendizagem e desenvolvimento da criança. Antunes (2003, p. 156) acrescenta que “as escolas Normais foram o grande sustentáculo para o desenvolvimento da Psicologia Educacional no Brasil”.

Em meio a essa concepção ideológica, no início do século XX a Psicologia vai se constituindo como ciência com função de avaliação de aptidões, selecionando quem poderia participar do sistema regular de ensino. De acordo com Goulart (1995), nessa fase inicial de implantação, a Psicologia Educacional teve caráter individualista, apresentando, como objetivo, “formar o professor capaz de conhecer a personalidade da criança e orientar sua aprendizagem” (op. cit., p.147). Colabora com a escola de cunho taylorista prezando pela eficiência, agilidade, naturalizando, com isso e, portanto, a desigualdade, favorecendo uma sociedade dividida.

Isso mostra que a Psicologia se desenvolveu de acordo com a sociedade da época, posta a serviço das elites para controlar a sociedade em prol daqueles que se beneficiariam dela, como afirma Patto (2003, p. 33): “ao reforçar cientificamente a crença de que os lugares sociais são distribuídos segundo o mérito de cada um, colabora com a impressão de existência de igualdade de oportunidades”. A psicologia através de seus fundamentos teóricos e de seus instrumentais técnicos contribuiu de forma significativa para justificar as relações de

desigualdades constituídas socialmente, alçando uma análise do ser humano distanciada da realidade sóciohistórica decorrente de relações sociais, econômicas, espaciais e subjetivas.

No início do século XX junto ao crescimento industrial que demandava construção de um “novo homem” ao quais as ideias “traziam em seu bojo um novo projeto de sociedade, que exigia uma transformação radical da estrutura e da superestrutura social, para o qual seria necessário um novo homem” (ANTUNES, 2008, p.471), a educação teve papel principal nessa tarefa.

Dessa maneira aqui no Brasil, na primeira metade do século XX, nasceu a Escola Nova. Escolas que adotaram teorias vigentes da Europa e Estados Unidos, “sustentando à defesa de implantação de uma reforma eminentemente pedagógica” (ANTUNES, 2003, p.151), e para aliarem-se a ela, instituições também foram fundadas com o intuito de sensibilizar o poder público e a população sobre os problemas educacionais, a exemplo da Associação Brasileira de Educação no Rio de Janeiro, conforme Goulart (1995) e Antunes (2003). Baseada, então, no modelo Escola Nova aconteceram modificação no ensino das escolas *normais* constituindo a Psicologia a ciência que fomentava esse projeto de mudança:

A pedagogia escolanovista elegia a Psicologia como um de seus principais fundamentos, a partir de estudos sobre desenvolvimento da criança, aprendizagem, relação professor aluno, acrescentando-se os testes pedagógicos e psicológicos, considerados como meios para a racionalização da prática educativa (ANTUNES, 2011, p.19).

A respeito disso, Bock (2003) reforça a ideia que a Escola Nova tinha como objeto o próprio indivíduo, e dessa maneira valorizou-se a infância, substituindo-se os castigos pela atenção psicológica, com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento de uma criança sem interferir de forma negativa no seu curso. Em adendo a isso, o movimento dos testes psicológicos também fez parte da ascensão da Psicologia Educacional no Brasil.

Nos anos de 1930 e 1940 os testes eram utilizados para classificar padrões como normal/anormal, bem como a avaliação dos níveis de socialização da criança e o prognóstico a respeito do sucesso escolar. Dessa maneira, a Psicologia conseguia mensurar as diferenças individuais de aptidão, no entanto, não levando em consideração as desigualdades sociais como algo que poderia interferir nos resultados. Ou seja, tinha-se ideia de quantificação, pois “transformavam o comportamento humano em uma variável que pode ser medida e até controlada em laboratório” (GOULART, 1995, p. 154).

Helena Antipoff, professora e pesquisadora, criticou o uso e a interpretação dos testes “alertando que os fatores socioeconômico-culturais eram também determinantes dos

resultados obtidos” (ANTUNES, 2011, p.20). A maneira como a Psicologia agiu ao utilizar-se de testes favoreceu o aumento de críticas, pois os resultados serviram para rotulação do aluno ao negar a natureza histórica, social, cultural e políticas dos analisados, colaborando para práticas equivocadas como afirma Antunes (2008, p. 472):

A utilização e a interpretação indiscriminadas e aligeiradas de teorias e técnicas psicológicas, como os testes (principalmente os de nível mental e de prontidão); a responsabilização da criança e de sua família, em nome de problemas ditos de “ordem emocional”, para justificar o desempenho do aluno na escola e a redução dos processos pedagógicos aos fatores de natureza psicológica colaboraram para interpretações e práticas no mínimo equivocadas.

Nos anos 1960 o Brasil ganha mais uma profissão, a profissão de psicólogo, que foi legalizada em agosto de 1962 (ANTUNES, 2003). No entanto, em 1964, a população foi reprimida pela ditadura militar, nesse período a educação sofreu influência da pedagogia tecnicista, que conforme Luckesi (1993) surgiu com o objetivo de inserir a escola no sistema capitalista, sendo esta a instituição mais afetada, vez que na época não se podia contribuir para uma educação crítica e pensada. De acordo com Goulart (1995, p. 155), a Psicologia sobreviveu a isso “provavelmente porque lhe era possível desenvolver um discurso descompromissado com o social e o político que, ao mesmo tempo seria capaz de justificar as desigualdades sociais e até preservá-las”.

Nos anos 1970 a atuação do psicólogo era concentrada no modelo médico e voltada à clínica. Sustentada no atendimento individual, essa prática contribuiu para uma visão superficial do psiquismo humano e da exclusão social, ao passo que atribuía a própria criança o fracasso da aprendizagem. As críticas aos testes psicológicos, ao modelo “médico” só aumentaram, e a Psicologia da Educação decaiu, “vários psicólogos chegaram a negar a possibilidade da Psicologia contribuir com as questões educacionais” (ANTUNES, 2003, p. 165).

Bock (2003) nos diz que durante os 40 anos de existência da Psicologia, a profissão estava à disposição da elite, contando com pouca inserção social. Nesse sentido, a Psicologia construiu uma ideologia e graças a ela escondeu a participação das determinações sociais sobre a ação humana. Tais críticas, porém, impulsionaram a mudança da prática da Psicologia, propondo novos campos de atuação voltados às necessidades da população, determinando mudanças na base teórica e prática. A superação da Psicologia Educacional concentrava-se na possibilidade de uma construção de saber, pautada no coletivo e em ações pedagógicas com cerne na multidisciplinaridade, na tentativa de desfazer o modelo clínico

que historicamente foi constituído: “impôs-se a necessidade de construção e reconstrução de uma Psicologia enraizada e comprometida com sua realidade” (Antunes, 2003, p. 167).

De acordo com Antunes (2011, p. 27), “a crítica à Psicologia Educacional e Escolar não foi um fator isolado, mas uma das expressões do movimento geral de crítica à Psicologia como ciência e profissão”. Na Educação, responsabiliza-se o sujeito pelo seu próprio desenvolvimento, atribuindo o fracasso do estudante como responsabilidade pessoal, nesse sentido, conforme Patto (2005, p. 97) os psicólogos desempenharam papéis como:

Psicometristas e fornecedores de laudos justificam a segregação no espaço escolar, a exclusão dele, a deterioração de identidades, a vergonha, a humilhação, o sofrimento psíquico, a auto-responsabilização pelo fracasso e conformismo social.

A cegueira quanto ao papel do Estado no desenvolvimento biopsicossocial dos indivíduos causa, além de sofrimento psicológico, a crença de que o “aluno não aprende se não quiser”, com isso produzindo-se uma prática educativa descompromissada e alienada. Como nos afirma Bock (2003, p. 27), “é preciso compreender as relações sociais e as formas de produção da vida como fatores responsáveis pela produção do mundo psicológico”.

5. A psicologia na educação

De acordo com Coll (1996), a Psicologia da Educação está baseada em três finalidades que devem acontecer de maneira simultânea e coerente: a *teórica e explicativa*, que tem como meta aprofundar e ampliar o arcabouço teórico, através de pesquisas que expliquem melhor os processos educativos; a finalidade *projetiva e tecnológica*, que concerne ao planejamento de elaboração de modelos e programas de intervenção; por fim, a *prática e aplicada*, que diz respeito às técnicas psicológicas e psicoeducativas que visem à resolução de problemas e a implementação de melhorias dos processos educacionais, que atuem de modo interventivo e direto.

Dessa maneira, a Psicologia da Educação contribui para uma melhor compreensão, planejamento e melhoria dos processos educacionais, haja vista que, pesquisa, analisa e intervém. Com base nessa informação, passa-se a analisar as ideias, os cenários, as técnicas e as possibilidades de atuação do psicólogo educacional.

Existem diferentes formas de atuação do psicólogo no campo educacional, devendo-se saber, porém, como essa atuação estará refletida sobre a demanda, observando-se as respostas das ações implementadas, sobretudo atentando-se para o fato que o trabalho do psicólogo

deve gerar mudanças nos processos educacionais, com vistas a melhorar a qualidade da educação no país e para isso, o psicólogo deverá participar junto à Educação, de forma consciente, criativa, ativa e compromissada com a demanda.

A respeito disso Coll (1996, p.16) afirma que a utilização da Psicologia Educacional ocorre através de “conjuntos de técnicas e instrumentos de intervenção que constituem o referencial imediato da atividade profissional do psicólogo da educação, ocupado com tarefas psicopedagógicas”.

Atentar ainda que a Psicologia estuda o ser humano e sua complexidade, isso significando dizer que tudo pode ser transformado, pois como se sabe, o ser humano é histórico, social, cultural que a todo momento está se modificando e continua se desenvolvendo, impondo-se novas necessidades à Educação (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008). Assim, uma mudança nesse contexto produzirá ótimos resultados, desde que a intervenção do profissional se dê no campo emocional, social, motor, comportamental, através da comunidade, família e colegas envolvidos, considerando o sujeito em sua complexidade, pois o que se deseja é que o Psicólogo possa trabalhar de forma resolutiva, preventiva e promocional, pensando em seu compromisso com a educação e a sociedade.

O psicólogo atuante no âmbito educacional busca aperfeiçoar suas práticas considerando em suas intervenções os fatores históricos, sociais, políticos e econômicos, envolvendo as pessoas responsáveis pelos processos educativos. Para melhor detalhar a atuação do Psicólogo Educacional, o Conselho Federal de Psicologia (1992) afirma que o profissional trabalha:

Nas instituições formais ou informais. Colabora para a compreensão e para a mudança do comportamento de educadores e educandos, no processo de ensino aprendizagem, nas relações interpessoais e nos processos intrapessoais, referindo-se sempre as dimensões política, econômica, social e cultural. Realiza pesquisa, diagnóstico e intervenção psicopedagógica individual ou em grupo. Participa também da elaboração de planos e políticas referentes ao Sistema Educacional, visando promover a qualidade, a valorização e a democratização do ensino.

Ou seja, o profissional da Psicologia não pode reforçar a exclusão e muito menos desconsiderar as determinações que os fatores sociais têm sobre o desenvolvimento e sobre a mente dos indivíduos.

Vale ressaltar que os processos educacionais não estão restritos a uma etapa do desenvolvimento, nem devem ser resumidos ao cenário escolar, podendo o psicólogo atuar em

ONGs, hospitais, associações comunitárias, dentre outros locais que possam ter como base a educação e seus processos:

Hoje os psicólogos escolares e educacionais trabalham em múltiplos espaços educativos nos quais realizam diversas e importantes tarefas: casas abrigos, programas de educação comunitária, penitenciárias, meios de difusão massiva, universidades corporativas, entre outros. No entanto, sua contribuição as mudanças requeridas na educação brasileira, se dá essencialmente, no seu trabalho comprometido no sistema educativo (MARTINEZ, 2009, p.170).

O Conselho Federal de Psicologia (1992) descreve toda a atuação do psicólogo educacional em nove atribuições que resumidamente se concentram em:

- 1) Colaborar com adequação do conhecimento da psicologia que ajude na consecução crítica e reflexiva dos papéis por parte dos educadores;
- 2) Agir em prol da resolução de barreiras institucionais;
- 3) Desenvolver atividades preventivas em relação a questões psicossociais com todos os envolvidos no trabalho escolar;
- 4) Organizar e por em prática procedimentos que visem implementação de metodologia de ensino que beneficie a aprendizagem e desenvolvimento;
- 5) Planejar, executar e/ou participar de pesquisas relacionadas a ensino-aprendizagem e características psicossociais;
- 6) Participar de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais; desenvolver programas de orientação profissional;
- 7) Diagnosticar as dificuldades dos alunos;
- 8) Encaminhar a serviços especializados quando necessário e por fim,
- 9) Supervisionar, orientar e executar trabalhos na área de psicologia educacional.

Por algum tempo acreditou-se que o psicólogo atuava exclusivamente em relação à aprendizagem do aluno com dificuldades cognitivas e comportamentais. Posteriormente, percebeu-se a presença maciça da exclusão nesse modelo de atuação, sendo, portanto, totalmente ultrapassado.

Como se sabe, para um bom desenvolvimento da aprendizagem é necessário que haja um mediador, o Psicólogo também pode ocupar esse lugar, favorecendo a conscientização e intervindo nos processos subjetivos. Conforme Araújo (2010) as intervenções devem estar

ancoradas na compreensão de que as relações sociais originam o processo construções e apropriações de significados e sentidos.

A teoria sóciohistórica de Vigotsky vem propor uma leitura diferente da atuação do psicólogo, entendendo que a Psicologia pode contribuir para mudanças no cenário educacional, considerando todos os fatores internos e externos que envolvem a pessoa em desenvolvimento e aprendizagem, observando-a como um ser histórico, cultural e socialmente constituído, cabendo ao psicólogo estar atento a estes fatores para poder intervir de alguma maneira benéfica.

O psicólogo educacional pode contribuir para solução de problemas educativos e a maneira como é transmitida a ideia de mundo às crianças. Para Bardon e Bennett (1981) é interessante também possuir conhecimento sobre o currículo e a organização escolar, utilizando de materiais e técnicas que auxiliem na obtenção de bons resultados, em prol do bem estar de todos que compõem a escola. É interessante também que o psicólogo tenha preocupação com o que acontece com os outros, preferindo uma abordagem crítica, cautelosa e cética (de forma positiva) na avaliação de suas descobertas e deliberações e possuir empatia, capacidade de identificar-se com o outro.

Dias, Patias, Abaid (2014) afirmam que é necessário que o psicólogo conheça os aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais da população para poder “defender os direitos do indivíduo no atendimento de suas necessidades educacionais e promover seu desenvolvimento, sem discriminação ou intolerância de qualquer tipo ou grau” (op. cit., p.108).

Um dos pontos a ser trabalhado pelo psicólogo diz respeito à postura crítica e reflexiva acerca da educação; colaborar com a formação continuada do professor, em prol da consciência do aluno e da conscientização da comunidade (aqui compreendendo todos os atores que fazem parte do processo ensino-aprendizagem), tudo isso compreendendo uma ação muito bem vinda na construção de um cidadão crítico, reflexivo e consciente de si e do mundo.

Diante disso, observa-se que é de fundamental importância o exercício do profissional de Psicologia nas escolas. Contudo, este deve atuar também de forma inovadora. Assim, Psicologia Escolar pode ser considerada como o campo da prática em que os conhecimentos produzidos pela Psicologia Educacional e demais áreas de conhecimento são consolidados. Seu foco são a escola e as relações estabelecidas neste ambiente.

Martinez (2010) diferencia a forma de atuação do Psicólogo Escolar de duas maneiras, *tradicional* e *emergente*. Ambas coexistem e tem produzido resultados importantes.

Dentro do modelo tradicional estão as funções de avaliação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento de alunos com dificuldades escolares; orientação a alunos e pais; orientação profissional; orientação sexual; formação e orientação de professores; elaboração e coordenação de projetos educativos específicos. No que concerne às formas de atuação ditas emergentes, a autora expõe oito novas maneiras de se trabalhar dentro da escola, a saber:

- 1) Realizar diagnóstico, análise e intervenção em nível institucional;
- 2) Participar na construção, no acompanhamento e na avaliação da proposta pedagógica;
- 3) Participar no processo de seleção dos membros da equipe pedagógica e no processo de avaliação dos resultados do trabalho;
- 4) Contribuir para a coesão da equipe de direção pedagógica e para sua formação técnica;
- 5) Coordenar disciplinas de oficinas direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos;
- 6) Contribuir para a caracterização da população estudantil com o objetivo de subsidiar o ensino personalizado;
- 7) Realizar pesquisas diversas com o objetivo de aprimorar o processo educativo;
- 8) Facilitar de forma crítica, reflexiva e criativa, a implementação das políticas públicas.

Diante do exposto, percebe-se que a ligação entre a Psicologia Educacional e a Educação não se encontra restrita ao cenário escolar, havendo várias instituições às quais esse conhecimento pode e deve ser utilizado. Se outrora a Psicologia foi instrumento de patologização das práticas sociais e de rotulação dos sujeitos, atualmente existem possibilidades de atuação que podem favorecer o desenvolvimento humano através da pesquisa, da análise dos processos educacionais, da promoção, prevenção e intervenção em busca da resolução dos problemas encontrados, procurando observar o contexto histórico, cultural e social de educadores e educandos.

De acordo com Bock (2003), a naturalização do fenômeno psicológico afastou o olhar do social e não foi possível constituir uma profissão que contribuísse com a qualidade de vida e promoção da saúde, pois a Psicologia ficou associada a patologias, conflitos, desequilíbrios, desajustes. A autora acrescenta que essa naturalização não deveria ter ocorrido, pois a concepção de subjetivo deveria unir-se ao objetivo com o intuito de entendê-los como construções históricas, ou seja, o mundo psicológico necessita ser concebido como algo construído pelo próprio homem a partir do mundo cultural e social. Dessa maneira, para Rasia (2017, p.16) a “construção social constante dos sujeitos, requer a produção de um

conhecimento que reconheça a realidade na qual estes convivem, apontando o caráter não naturalizante ao conhecimento da Psicologia”.

Assim, se a psicologia se desenvolveu, em grande medida, sem observar o sujeito como um ser histórico, social e cultura, a educação, enquanto construto social, instrumenta a psicologia para que ela possa resgatar esse olhar e, dessa maneira, deve-se entender que a Educação é o “processo pelo qual a sociedade atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano no intento de integrá-lo no modo de ser social vigente e de conduzi-lo a aceitar e buscar os fins coletivos” (PINTO, 2010, p. 32-33).

Uma das dificuldades encontrada no percurso histórico da Psicologia Educacional é percebida no momento em que o psicólogo tinha como atuação modelos individualistas, considerando apenas o aluno ou no máximo, a família do mesmo. Sabe-se que o psicólogo necessita ter a atenção voltada para o aluno que se encontra com dificuldade de aprendizagem, porém não se pode deixar de considerar o meio em que ele está inserido e as outras pessoas que fazem parte de seu convívio.

A superação da contradição social é o “parto” que traz ao mundo este homem novo, não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se. A realidade opressora funciona como uma imersão das consciências e a libertação só pode surgir através da práxis autêntica, com ação e reflexão para transformar o mundo (FREIRE, 2005).

A partir de uma práxis libertadora, o psicólogo trabalha junto à comunidade e para ela. Desse modo à prática fica em cheque com a ajuda da teoria, não se desviando de sua tarefa devida, que é compreender que todo e qualquer sofrimento mental ocorre dentro de um momento histórico e de um contexto social específico, portanto o psicólogo não pode negligenciar essa realidade. Essa práxis se comprometerá com os sofrimentos e esperanças dos povos, tendo como metas: reconstruir modelos de identificação, resgatar a experiência original dos grupos e pessoas e tentar potencializar as virtudes de nossos povos. Se o psicólogo, embasado da teoria, mas possuindo uma concepção de práxis libertadora implantar sua atuação de acordo com a realidade vivida, no fim ajudará a interpretar os padrões culturais, não permitindo que se confundam a crítica com o distanciamento sócio-cultural.

Nos últimos anos a Psicologia ganhou espaço em vários locais de atuação, descentralizando sua atenção de consultórios e amplia-se, agora, a toda a população. Um dos fatores que colaborou com essa mudança foi a transformação curricular do curso de Psicologia, antes centralizado na ênfase da Clínica, tomando como objetivo a formação do profissional liberal em Psicologia e constituindo-se em uma profissão tecnicista (CURY; NETO, 2014). Como já nos informava Patto (2003, p. 34) que seria necessário repensar os

cursos de formação de psicólogos tendo uma revisão curricular “ rumo à aquisição, pelos psicólogos, de instrumentos filosóficos que lhes permitiam pensar o pensamento da Psicologia; ou seja, que os forme como intelectuais e não como técnicos”.

Entretanto, as críticas e estudos não centrados apenas na pessoa enquanto sujeito – e sobretudo sujeito em sofrimento passível de ser abordado pela Clínica – mas considerando a pessoa e seus processos históricos, sociais e políticos, influenciaram novas maneiras de pensar e fazer a Psicologia.

Destarte, é perceptível, que a Psicologia Educacional é muito mais ampla, sendo inegável a contribuição dessa área de conhecimento à sociedade, já que, ao estudar os processos educacionais e as variáveis sociais que afetam essa relação, ela pode, além de ajudar na construção de estratégias de ensino, intervir para que as dificuldades não se instalem e prevenir a exclusão dos sujeitos.

6. Análise da constituição histórica da psicologia no contexto da educação e a contribuição sócio histórica

Considerando a relação entre Psicologia e Educação, retomamos a questão de pesquisa: qual o envolvimento de constituição histórica da Psicologia no contexto da Educação?

Como visto no percurso histórico, a porta de entrada para a Psicologia foi a Educação, pois inicialmente ela era ministrada como disciplinas nas escolas e cursos superiores (ANTUNES, 2003). O saber psicológico refletia uma apropriação das teorias norte-americanas e europeias á realidade nacional (SILVA, 2017). Tal saber, além de ser direcionado para as classes mais altas, foi criado para uma sociedade totalmente diferente da brasileira, tornando-se uma psicologia seletiva e elitizada (PATTO, 2003; BOCK, 2003).

Durante o seu processo de solidificação como ciência e profissão no país, a Psicologia assumiu um caráter higienista (ANTUNES, 2003; BOCK, 2003), cujas consequências recaíram sobre as camadas mais pobres da sociedade. As próprias estratégias compensatórias para superar a deficiência intelectual ampliavam as desigualdades sociais e rotulavam comportamentos das classes mais desfavorecidas (PATTO, 1983).

Assim, a atuação da Psicologia dentro do contexto escolar era controlar e categorizar, e para isso, utilizou-se de medidas objetivas como o uso de testes e de diagnósticos (PATTO, 2005; COLL, 1996; ANTUNES, 2003, 2008, 2011), tornando-se uma tendência tecnicista (LUCKESI, 1993; CURY; NETO 2014), pois se utilizava uso maciço dessas ferramentas, que

contribuía para a rotulação das crianças e conseqüentemente para uma educação excludente (PATTO, 2005). A orientação teórica refletia conceitos que não se comunicavam com a realidade da população, o que acentuou ainda mais a discriminação social, provocada pela alienação da atuação do psicólogo. A Psicologia em seu desenvolvimento histórico atendeu as classes dominantes na qual subsidiaram a efetivação das atividades, direcionando a sociedade na perspectiva das elites.

Com isso, é perceptível que a Psicologia assumiu uma postura individualista (GOULART, 1995; ANTUNES, 2003; PATTO, 2003; BOCK, 2003), responsabilizou o sujeito pelo fracasso escolar (SILVA, 2017; ANTUNES, 2008; PATTO, 2005) ao invés de problematizar acerca do contexto social do Brasil.

Os profissionais atuantes agiam de forma a segregar, uma atuação que não fomentava uma educação igualitária com vistas ao social. A essa maneira de agir, Patto (2005) afirma que a Psicologia servia de dispositivo social silenciador, assim, pode-se dizer que a omissão relacionada à situação real do meio que o sujeito estava inserido tem como consequência prejuízos sociais e educacionais, pois não se observava a vida do aluno fora da escola, como era esta família, e a sua comunidade.

Continuamos em uma sociedade dividida, subdesenvolvida, desigual, onde os ricos têm muito mais acesso a educação, pois os pais investem no desenvolvimento cognitivo dos seus filhos, pagando escolas caríssimas, cursos técnicos, cursos de línguas estrangeiras, planos de saúde, sabendo que esse investimento resultará em uma contínua qualidade de vida em um país que desfavorece os pobres que constituem a maioria da população. Isso é uma questão de gestão política e histórica, pois como visto nossa nação foi impelida a seguir padrões econômicos, sociais, culturais de outros países, não se planejou construir uma sociedade de oportunidades, considerando o ser humano, seja ele pobre, negro ou branco, como sujeito de possibilidades de desenvolvimento.

Para que a Psicologia reformulasse sua atuação na educação e avaliasse seus pressupostos teóricos, foi necessário um processo crítico e político emergente na sociedade como um todo, principalmente pela luta das classes populares, envolvendo nessa batalha, os profissionais da educação e pesquisadores da área, que refletiam sobre a necessidade de uma mudança política pedagógica nas escolas e universidades, com enfoque nos problemas sociais, na tentativa de desmistificar as relações naturalizadas da exclusão, da desumanização que degrada o humano, da limitação ao acesso da aprendizagem, da desapropriação cultural; categorias fundamentais ao desenvolvimento humano.

Com essas mudanças, o próprio entendimento sobre a aprendizagem se ampliou não sendo apenas responsabilidade única do indivíduo, mas da família, da sociedade e dos próprios determinantes sociais que influenciam a sua formação. Muito mais que suporte, acredita-se que o psicólogo educacional deve ser parceiro dos educadores para contribuir com uma melhor qualidade do processo da educação. Dentro da perspectiva sóciohistórica, cujo foco não é o indivíduo, mas o sujeito em relação compreende-se que é preciso abrir espaço para o diálogo com a comunidade escolar, em especial, com os profissionais da educação de forma comprometida, ética e política, que possam estabelecer laços de relações construtivas, auxiliando para que proporcione aos alunos (e os envolvidos no processo de educação) a construção da autonomia, uma transformação do modo de pensar o mundo, o ser humano a si mesmo, ajudando a explicitar os projetos, clareando os direitos e encaminhando-o para uma cidadania e mudança social.

A Educação e a Psicologia são, antes de tudo, inerentes em muitos contextos. Ao pensar nas suas contribuições, essa relação vem como alicerce para instituições de ensino, alunos, para o próprio conhecimento científico, desenvolvimento do ser humano, sociedade e cultura. A Psicologia, recente neste campo, busca desempenhar um trabalho que possibilite contribuir com as práticas educacionais inserindo o pensamento crítico e reflexivo para colaborar ainda mais com a educação e sociedade.

Além do mais, é interessante fazer menção que a psicologia considerando a importância do social no processo educacional dar-se-á visibilidade a dimensão subjetiva para compreender o social. Desse modo, é necessário considerar o sujeito em questão como alguém histórico, psicossocial e cultural, atinando, portanto, as dimensões e contextos que ele está inserido.

A partir disso, a teoria sócio histórica encontraria espaço para contribuir e embasar as práticas, já que desse ponto de vista o sujeito é entendido como histórico, situado em um contexto que o determina, sendo ao mesmo tempo por ele determinado. Dessa maneira, é possível olhar a escola como uma instituição formada por sujeitos que estão inseridos em uma sociedade permeada por transformações, que interferem em sua constituição, pois de acordo com essa teoria o homem é um ser histórico e socialmente constituído, ou seja, é atravessado pelo fenômeno social como gerador da sua subjetividade.

É possível considerar que a subjetividade é constituída dentro do processo ativo entre o sujeito e a realidade objetiva, através das mediações sociais. Segundo Gonçalves e Furtado (2016) esse processo ativo tem dimensão simbólica, fica registrado e pode ser comunicado por meio da linguagem (relação dialética subjetivo-objetiva), pois é uma capacidade humana

que representa a atribuição de significados, cujas significações, referem-se à ligação estreita entre significados e sentidos.

A linguagem é a ferramenta mediadora fundamental da ação psicológica para o desenvolvimento humano, conforme Cubero e Luque (2004) ela transforma-se no sistema de signos privilegiado pelo desenvolvimento psicológico humano, mediando à relação com os outros e com si mesmo, sendo uma ferramenta compartilhada para depois ser interiorizada, ou seja, de início a linguagem tem função de comunicar e regular a relação com o mundo, mas, depois torna a ser um regulador da própria ação. Quando o indivíduo entra na linguagem aponta a sua saída do mundo biológico para a inclusão numa rede de significados socialmente situados: “a natureza do próprio desenvolvimento transforma-se, do biológico no sóciohistórico” (VIGOTSKI, 1989, p.128). Aguiar e Bock (2016) acrescentam que, a materialidade da vida começa pela existência de um organismo biológico, porém só torna-se humano através das suas relações sociais, da produção de bens materiais e imateriais, físicos e simbólicos, produzindo assim, a sua própria existência.

De acordo com Santos (2003), os instrumentos regulam a ação sobre os objetos e simbolizam a atividade humana sobre a natureza, à medida que o homem ao transformá-la modifica a si mesmo; já os signos regulam as ações a nível psíquico, logo, são orientados para o interior do indivíduo. Apesar dos desacordos conceituais ambos são utilizados para o mesmo fim, por serem ferramentas necessárias para uma boa mediação semiótica sucedida.

Vale destacar que na visão do autor hora apresentado, estes processos que permitem a mediação (os instrumentos e os signos) são produzidos pela cultura e são aprendidos através da internalização, sendo esta como o próprio nome diz, um processo que interioriza alguns aspectos do plano externo, reconstruindo-o e significando-o, ou seja, segundo Andrade (2009), possibilitando um novo desempenho interno de algo apreendido no meio externo (em outras palavras, do intersíquico para o intrapsíquico).

Nessa perspectiva, o conhecimento entendido pela teoria sócio histórica enfatiza a importância da cultura na formação da consciência humana e da atividade do sujeito. A sociedade é formada de sujeitos e para sujeitos, que por via do trabalho configuram sua vida material, dessa maneira Rasia (2017, p. 16) afirma que a “a sociedade é produção histórica dos homens que, por intermédio do trabalho, constroem sua vida material”. Tais afirmações centram-se no marxismo, que por sua vez fazem menção a crítica ao capitalismo. Martins (2007) ressalta que o trabalho é um processo que une o homem a natureza, e representa ações nas quais agem no sentido de mudança da natureza e operam também na construção do próprio homem, constituindo-o de fato como ser humano.

Lev Semenovitch Vigotski, responsável pela Psicologia sóciohistórica e um dos estudiosos que contribuiu de maneira efetiva para o desenvolvimento da psicologia e da educação, exatamente por abordar e relacionar em sua obra o desenvolvimento psicológico e cultural do ser humano, unificando-os a um mesmo processo. Sua pretensão era inserir a teoria psicológica aos pressupostos marxistas, tendo em vista que ele considerava o marxismo histórico dialético bastante válido ao afirmar a historicidade humana e a temporalidade que se constroem a partir das relações sociais.

O autor acreditava que havia uma estrutura dinâmica que possibilitava ao ser humano ultrapassar suas competências já adquiridas, é a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) que como nos recorda Cubero e Luque (2004), além das pessoas com graus distintos de experiência, os objetos como livros, suporte informático, são agentes responsáveis pelo desenvolvimento da Zona de Desenvolvimento Proximal. Assim é perceptível, o desenvolvimento não pode ser considerado como algo inato.

Para Vigotski, existe na ZDP duas instâncias intermediárias que ele denominou nível de desenvolvimento real e a outra de desenvolvimento potencial. O primeiro remete aos conteúdos sabidos e as capacidades já manifestas, já o segundo diz respeito a possibilidade de promover um desenvolvimento com o auxílio do outro (aqui representado não apenas por pessoas).

Todavia o conceito de ZDP não é visível na prática educacional, devendo portanto ser vista na sua invisibilidade e dinâmica. É comum num dado momento, várias crianças em uma sala de aula estarem num nível real e em outro assumirem a postura do nível potencial. De acordo com Cubero e Luque (2004) nesta situação cabe ao educador ativar os processos potenciais através da colaboração e interação com os instrumentos que circunscrevem o espaço escolar. O que devemos compreender é que cabe ao professor a tarefa de organizar e mediar o acesso a aprendizagem, pois na escola não se aprende individualmente e nem depende apenas do indivíduo.

De acordo com Vigotski (2004, p. 67) o processo educacional “se faz através da própria experiência do aluno, a qual é inteiramente determinada pelo meio, e nesse processo o papel do mestre consiste em organizar e regular o meio”. Diz respeito a um movimento de mediação ao qual o sujeito em desenvolvimento poderá avançar em prol da sua própria educação. Entende-se que o conhecimento é socialmente construído, ou seja, a aprendizagem acontece pela mediação entre professor/aluno, aluno/aluno, percebendo o sujeito aluno como agente ativo em seu processo de apropriação de conhecimento (NUNES e SILVEIRA, 2011). Dessa forma, a educação é por fim de natureza social: A educação é uma prática social

humanizadora, cuja intenção é repassar a cultura construída ao longo dos anos pela humanidade (ANTUNES, 2008).

O desenvolvimento total do homem depende do aprendizado que ele dispõe do meio cultural em que vive, a partir da interação com os outros indivíduos, pois que “o meio social é a verdadeira alavanca do processo educacional e todo o papel do mestre consiste em direcionar essa alavanca” (VIGOTSKI, 2004, P.65). O professor é o responsável por organizar e mediar o conhecimento para a criança, resultando assim num desenvolvimento encorajado pelos processos de aprendizagem, abrindo caminho para potencialidades. Porém o psicólogo também pode ser um mediador, pois como Bock (2003, p.25) nos ensina, ele “trabalha, ou seja, emprega energia para transformar em determinada direção”, pois o processo de produção de si mesmo não diz respeito apenas ao sujeito.

Conforme Santos (2003), a teoria sóciohistórica contribui, principalmente, a nos fazer pensar em uma educação que não seja apenas o automatismo de interiorização de fatos objetivados, mas um processo de contínua mudança onde compartilhamento e construção coletiva se unificam na prática. Dadas essas considerações, é perceptível que esta discussão não se limita aos aspectos tratados neste texto e que há muito a ser pesquisado até que se consigam ações que venham lançar luz sobre as questões aqui abordadas.

7. Considerações finais

Sabemos que a Psicologia acompanhou os pensamentos filosóficos na tentativa de compreender o ser humano em sua complexidade, traçando uma ligação entre a objetividade e subjetividade, mas a necessidade de se comprovar cientificamente as ideias estabelecidas por essa união resultou no distanciamento dessa relação e conseqüentemente numa Psicologia como ciência e profissão. O comportamentalismo foi fundamental nesse processo, pois fundamentou esse campo de conhecimento.

Durante esse percurso histórico, é notável que, a filosofia também desempenhou papel importante na união da Psicologia e Educação, pois ambas foram mediadas por este saber através da busca do entendimento de si e do mundo. Essa imbricação esteve dentro da própria história do ser humano, uma vez que, durante todo o processo de formação da Psicologia como ciência, este conhecimento estava inserido na educação.

A Psicologia no Brasil entrou e se constituiu por meio da Educação. Nos anos de 1930 as escolas normais consistiram em base sólida para o desenvolvimento da Psicologia educacional no país, no século XX a Escola Nova com o intento de mudança pedagógica e de

sensibilizar o poder público sobre os problemas educacionais contribuiu para a valorização e desenvolvimento da infância, o movimento de testes também promoveu a psicologia educacional, bem como a crítica ao uso desenfreado. Nos anos de 1960 a psicologia se torna profissão e no período da ditadura militar a educação sofre influência da pedagogia tecnicista. Na década de 1970 a psicologia concentra-se na clínica e atribui o fracasso escolar a própria criança.

Dessa maneira, conclui-se que ao longo do seu desenvolvimento a psicologia tinha caráter tecnicista, crescendo através de testes e diagnósticos, responsabilizando o próprio sujeito pelo seu fracasso escolar, focando suas ações no indivíduo, tornando-se uma psicologia elitista e voltada a doutrinas comportamentais e morais. Tanto a Psicologia, num modo geral, como a Psicologia Educacional foram implementadas desconsiderando o contexto social e histórico da nossa nação; tinham uma postura coercitiva, por apresentar como fundamentos básicos da atuação características disciplinares e moralistas a partir das ideias da classe dominante.

Destarte, foi percebido que o surgimento das críticas do que, e como fazer Psicologia da Educação impulsionaram a repensar os currículos dos cursos de Psicologia, a atuação do psicólogo, e ampliou-se os olhares para o desenvolvimento humano e o meio social do sujeito em aprendizagem. O pensamento reflexivo acerca dessa atuação foi necessário para que as camadas populares fossem contempladas com esse conhecimento, porém está longe de ainda conseguirmos contemplar todas as necessidades sociais.

Dessa forma, notou-se que a educação está inserida dentro de uma relação dialética, tendo aspectos ambivalentes, pois ao mesmo tempo pode assumir uma perspectiva de reprodução e apropriação de conhecimento que atendem a manutenção das relações de dominação, entretanto, pode também, servir como espaço de libertação e autonomia dos sujeitos envolvidos, sendo assim, compreendemos que as relações no campo da educação sempre vão se constituir a partir de uma tensão de interesses, ideias e perspectivas teóricas concebidas a partir de concepções de homens e mulheres, de mundo, de sociedade historicamente construída.

Assim sendo, a teoria sóciohistórica, na qual foram denominadas as ideias de Vigotski, confrontou a psicologia individualista; que supunha as propriedades intelectuais humanas como um resultado da maturação do organismo; ao interrogar sobre a interferência das questões sociais diretamente na natureza humana. Não obstante, essa teoria possui dois pressupostos fundamentais que são compreendidos unicamente através das inter-relações. São eles: a gênese sóciohistórica dos processos psicológicos superiores e a afirmação de que os

processos mentais só podem ser entendidos por meio da compreensão dos instrumentos e signos como mediadores.

A Psicologia da Educação, portanto, com a contribuição crítica da teoria sóciohistórica buscou compreender os processos educacionais, as subjetividades dos envolvidos nesse processo, as inter-relações, a cultura de determinada comunidade, o currículo escolar, as demandas escolares e sociais, os professores e todos os responsáveis pelo desenvolvimento da educação, compreendendo a escola ou instituições que proporcionam a educação, como um espaço no qual convivem diferentes sujeitos, com demandas e interesses singulares que constituem ao mesmo tempo esse espaço de desenvolvimento e suas relações.

Deste modo, ao passearmos pela história da psicologia e a sua atuação na educação, observamos que o psicólogo que atua com o processo educacional não pode negligenciar o contexto social no qual o indivíduo está inserido, não apenas ele, mas o educador, a escola, a comunidade, etc. Assim, a abordagem dos problemas da educação ou da escola não pode se limitar a uma perspectiva clínica, individualizada, mas ser de cunho psicossocial.

Além dessas considerações durante a construção desse trabalho foi observado algumas dificuldades: limitado número de artigos que abordem a Psicologia educacional no modo geral e as atribuições do psicólogo nesse campo de conhecimento. É perceptível também, que em virtude do tempo disponível para a elaboração desse artigo e o contexto psicossocial, alguns aspectos detectados durante a pesquisa não foram discutidos com maior profundidade, como por exemplo, a mudança curricular dos cursos de Psicologia, transformação necessária para que se considerasse o olhar social como fator importante para educação. Mais detalhamento da constituição da Psicologia como ciência, esmiuçar as influências das escolas normais e escola nova nos processos educacionais, o enfrentamento da psicologia no período da ditadura militar, bem como, ponderar com mais delineamento a contribuição sóciohistórica para a psicologia educacional. Entretanto, essas questões poderão ser objeto de análise de outras investigações.

Por fim, a discussão feita aqui possibilita aos psicólogos educacionais observar a história da psicologia e refletirem sobre suas perspectivas de atuação, e aos educadores entenderem como a psicologia pode auxiliá-los na compreensão da complexidade dos processos que envolvem a relação entre ensino e aprendizagem. Educação e Psicologia estão relacionadas num movimento histórico que se institui como imprescindível para apontar caminhos possíveis de transformação da escola e da sociedade.

REFERÊNCIA

- AGUIAR, W.M. J; BOCK, A.M.B. **A dimensão subjetiva do processo educacional**: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2016.
- ANDRADE, E. S. **Psicologia da Educação**. Coleção Formando Educadores. Faculdade de Tecnologia e Ciências- FTC. Editora: Nupre, 2009.
- ANTUNES, M. A. M. Psicologia e Educação no Brasil: uma análise histórica. In: AZZI, R. G; GIANFALDONI, M. H. T. A. (Orgs). **Psicologia e educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** (ABRAPEE), v. 12, n. 2, p. 469-475, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n2/v12n2a20.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018.
- ANTUNES, M. A. M. Psicologia e Educação no Brasil: Um olhar Histórico-crítico. In: MEIRA, M.E.M; ANTUNES, M. A. M. (Orgs). **Psicologia escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- ARAÚJO, S. F. Wilhem Wundt e o estudo da experiência interna. In: JACÓ-VILELA, A.M; FERREIRA, A.A.L; PORTUGAL, F.T. (Orgs). **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2010.
- BARDON, J.L; BENNETT, V. C. **Psicologia escolar**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- BOCK, A.M.B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A.M.B (Org). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. T. A evolução da Psicologia. In: BOCK, A. M. B. (Org.) **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BOCK, A. M. B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M. L. T. A psicologia ou as psicologias. In: BOCK, A. M. B. (Org) **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CAMBAÚVA, L. G; SILVA, L. C; FERREIRA, W. Reflexões sobre o estudo da História da Psicologia. **Estudos de Psicologia História da Psicologia**, v. 3, n. 2, 207-227, 1998. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n2/a03v03n2.pdf>>. Acesso em: 25 de fev. 2018.
- CANÇADO, C. R. X; SOARES, P. G; CIRINO, S.D. O behaviorismo: uma proposta de estudo do comportamento. In: JACÓ-VILELA, A.M; FERREIRA, A. A. L; PORTUGAL, F.T. (Orgs). **História da Psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2010.
- COLL, C. Psicologia e Educação: aproximação aos objetivos e conteúdos da psicologia da educação. In: COLL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A. (Org). **Desenvolvimento**

psicológico e educação: psicologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Disponível em:< https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/927785/mod_resource/content/1/Livro%20-%20Desenvolvimento%20psicol%C3%B3gico%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Coll%20-%20Cap.%201.pdf>. Acessado em: 08 de abr. 2018.

Conselho Federal de Psicologia. **Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil**. 2012. Disponível em:< https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf >. Acessado em: 20 de mar. 2018

CUBERO, Rosário; LUQUE, Afonso. Desenvolvimento, educação e educação escolar, a teoria sociocultural do desenvolvimento e da aprendizagem. In: COLL, C; MARCHESI, J. P. (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2004. - p. 94-106.

CUNHA, M. V. **Psicologia da educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

CURY, B. M; NETO, J. L. F. Do Currículo Mínimo às Diretrizes Curriculares: os estágios na formação do psicólogo. **Psicologia em Revista**, v. 20, n. 3, p. 494-512, 2014.

DIAS, A. C. G; PATIAS, N. D; ABAID, J. L. W. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: Algumas reflexões. **Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. v. 18, n. 1, 2014. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n1/v18n1a11.pdf>>. Acessado em: 30 de mar. 2018.

FERREIRA, A. A. L; GUTMAN, G. O funcionalismo em seus primórdios: a psicologia a serviço da adaptação. In: JACÓ-VILELA, A. M; FERREIRA, A. A. L; PORTUGAL, F. T. (Orgs). **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GAIO, R.; CARVALHO, R. B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: Gaio, R. (Org.). **Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GONÇALVES, M. G. M; FURTADO, O. A perspectiva: sócio-histórica: uma possibilidade crítica para a Psicologia e para a Educação. In: AGUIAR, W. M. J; BOCK, A. M. B. (Orgs). **A dimensão subjetiva do processo educacional**. São Paulo: Cortez, 2016.

GOODWIN, C. J. **História da psicologia moderna**. Trad. Marta Rosa. São Paulo: Cultrix, 2005. Disponível em:< <https://books.google.com.br/books?id=sM4ZMC1j6O4C&printsec=frontcover&dq=hist%C3%B3ria+da+psicologia+moderna&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj2tvPF8rnaAhWIHpAKHesADcgQ6AEIKDAA#v=onepage&q=hist%C3%B3ria%20da%20psicologia%20moderna&f=false>>. Acessado em: 05 de abril, 2018.

GOULART, I.B. **Psicologia da Educação:** Fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

MARTINEZ, A. M. Psicologia Escolar e Educacional: compromissos com a educação brasileira. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** (ABRAPEE). v. 13, n. 1, de 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v13n1/v13n1a20.pdf>>. Acessado em: 10 mar. 2018.

MARTINEZ, A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 83, p. 39-56, mar. 2010. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2250/2217>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MASSIMI, M. Ideias psicológicas na cultura luso-brasileira, do século XVI ao século XVIII. In: JAC-VILELA, A. M; FERREIRA, A. A. L; PORTUGAL, F. (Orgs). **História da Psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau, 2005. Disponível em:<<http://nacionalarte.com.br/psc/wp-content/uploads/2017/04/Historia-da-Psicologia-Rumos-e-percursos.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

MESTRES, M. M; GOÑI, J. O; GALLART, I. S. Origem e evolução da psicologia da educação. In: COLL SALVADOR, C. (Org.). **Psicologia da educação**. Trad. Cristina Maria de Oliveira. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F; GOMES, R; MINAYO, M. C. S. (Orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MYERS, D.G. **Psicologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

NUNES, A. I. B. L; SILVEIRA, R. N. Psicologia da Educação e dificuldades de aprendizagem. In: NUNES, A. I. B. L (Org). **Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos**. Brasília: Liber Livro, 2011.

PATTO, M. H. S. O que a história pode dizer sobre a profissão do psicólogo: a relação Psicologia-Educação. In: BOCK, A.M.B. (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

PATTO, M. H. S. Mordaças sonoras: a psicologia e o silenciamento da expressão. In: PATTO, M. H. S. (Org). **Exercício de indignação: escritos de educação e psicologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

PATTO, M. H. S. Da psicologia do desprivilegiado à psicologia do oprimido. In: PATTO, M. H. S. (Org). **Introdução à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

PINTO, Á. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 2010.

RASIA, M. D. R. Implicações da psicologia histórico-cultural para a pesquisa em educação. In: RASIA, M. G. R.; MELO, R. A.; SANTIAGO, Z. M. A. (Orgs). **Desenvolvimento Humano e Educação Escolar**: enfoques teóricos e práticas educacionais. João Pessoa: Ideia, 2017.

SANTOS, B. S. Vygotsky e a teoria histórico-cultural. In: La Rosa, J. (Org.) **Psicologia e Educação** – O significado do Aprender. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SEVERINO, A. J. (1941). **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. História da psicologia moderna. 9. ed. São. Paulo: Cultrix, 2000.

SILVA, N. B. Educação e Psicologia: os desafios sócio-históricos na perspectiva de Emancipação. In: RASIA, M.G.R; MELO, R. A.; SANTIAGO, Z. M. A. (Orgs). **Desenvolvimento humano e educação escolar**: enfoques teóricos e práticas educacionais. João Pessoa: Ideia, 2017.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L.S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.